

APENSO Nº 098.001.533/2005, 098.000.835/2005 e 098.000.906/2005

INFORMAÇÃO Nº 218/2011

ÓRGÃO DE ORIGEM : Transporte Urbano do Distrito Federal - DFTRANS
(incluso o Fundo de Transporte Público Coletivo do Distrito Federal - FTPC/DF)

ASSUNTO : Prestação de Contas Anual - PCA

EXERCÍCIO FINANCEIRO: 2004

VALORES ENVOLVIDOS: R\$ 41.573.101,70 (montante em exame)

EMENTA : PCA dos administradores do DFTRANS (incluso o FTPC/DF) do exercício 2004. Julgamento regular de 3 gestores. Julgamento irregular, com multa, de 5 responsáveis. Recurso de reconsideração de 3 administradores. Provimento negado. Cientificação da negativa e do prazo remanescente para pagamento da multa.

Senhor Diretor,

Tratam os autos da prestação de contas anual - PCA dos administradores do Transporte Urbano do Distrito Federal - DFTRANS, incluso o Fundo de Transporte Público Coletivo do Distrito Federal - FTPC/DF, referente ao exercício de 2004.

Por meio da Decisão nº 6324, de 25/11/2010 (fls. 388-389), deliberou a Corte (grifo nosso):

*“O Tribunal decidiu: 1) por unanimidade, de acordo com o voto do Relator: I. tomar conhecimento: a) das razões de justificativa apresentadas pelos responsáveis, Srs. Cristiano Dalton Mendes Tavares (fls. 237/244), Miguel Ramirez Sosa (fls. 310/318) e Mauro Costa Mendes Cateb (fls. 320/327), para, no mérito, considerá-las improcedentes; b) das razões de justificativa oferecidas pelo Sr. Raimundo Leite da Silva (fls. 288/297), para, no mérito, considerá-la procedente; II. considerar revéis, nos termos do art. 13, § 3º, da Lei Complementar nº 1/94, os Srs. Adalberto Queiroz de Roure, Nilson Florentino Meireles e José Antônio Silva Pereira, por não terem atendido à audiência determinada pela Decisão nº 1.831/2009; III. **julgar:** a) nos termos do art. 17, inciso I, da Lei Complementar nº 1/94, c/c o art. 167, inciso I, do Regimento Interno, regulares as contas dos Srs. Raimundo Leite da Silva (Chefe da Divisão de Administração Geral, no período de 1.1.04 a 31.12.04), José Antônio Silva Pereira (Coordenador de Informações Técnicas, no período de 1.1.04 a 31.12.04) e José Geraldo Maciel (Secretário de Estado de Transportes no período de 1.1.04 a 9.2.04); **b) nos termos do art. 17, inciso III, alínea “b”, da Lei Complementar nº 1/94, c/c o art. 167, inciso III, alínea “b”, do Regimento Interno, irregulares as contas dos Srs. Mauro Costa Mendes Cateb (Secretário de Estado de Transportes de 10.2 a 31.12.2004), Adalberto Queiroz de Roure (Coordenador Administrativo e Financeiro de 1.1 a 23.3.2004), Miguel Ramirez Sosa (Coordenador Administrativo e Financeiro de 17.5 a 31.12.2004), Nilson Florentino Meireles***

(Coordenadora Operacional de 25.3 a 31.12.2004) e [e-DOC 58F11D08](#)
Danton Mendes Tavares (Coordenador Técnico de 1.1 a 31.12.2004); IV. aplicar, nos termos do art. 57, inciso I, c/c o art. 20, parágrafo único, da Lei Complementar nº 1/94, e art. 182, § 1º, alínea “b”, do Regimento Interno, aos Srs. Cristiano Danton Mendes Tavares, Miguel Ramirez Sosa, Adalberto Queiroz de Roure, Nilson Florentino Meireles e Mauro Costa Mendes Cateb a multa individual de R\$ 6.268,00; V. aprovar, expedir e mandar publicar os acórdãos apresentados pelo Relator; VI. autorizar a notificação dos responsáveis apenados para que, no prazo de 30 (trinta) dias, procedam ao recolhimento das multas a eles impostas, encaminhando ao Tribunal cópia dos comprovantes dos respectivos pagamentos; VII. autorizar o retorno dos autos à 3ª ICE, para os fins devidos. 2) por maioria, acolhendo voto do Conselheiro RENATO RAINHA, fundamentado em sua declaração de voto, elaborada nos termos do art. 71 do RI/TCDF, aplicar ao Senhor Mauro Costa Mendes Cateb, com esteio no artigo 60 da Lei Complementar nº 1/1994, a pena de inabilitação, por um período de 05 (cinco) anos, para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança no âmbito da administração Pública do Distrito Federal. Vencido, neste quesito, o Relator e o Conselheiro MANOEL DE ANDRADE, que se manifestaram contrários à aplicação da referida penalidade. Proclamado o resultado da votação, a Senhora Presidente esclareceu ao Plenário que, em virtude da exigência contida no art. 60 da LO/TCDF - voto da maioria absoluta dos membros do Tribunal para impor penalidade de inabilitação para exercício de cargo em comissão e função de confiança, o item 2 da decisão ora adotada, nesse aspecto, tornou-se inaplicável.”

Os responsáveis foram notificados dos julgamentos irregulares c/c as multas retro, conforme quadro abaixo:

Responsável	Notificação	Fl.
Mauro Costa Mendes Cateb	04/02/11	400
Cristiano Dalton Mendes Tavares	10/02/11	404
Miguel Ramirez Sosa	09/02/11	405
Nilson Florentino Meireles	15/02/11	406
Adalberto Queiroz de Roure	02/03/11	407

Às fls. 408-419, o Sr. Cristiano Dalton apresentou Pedido de Reexame, e, às fls. 421-473, o Sr. Mauro Costa Mendes Cateb impetrou Pedido de Reconsideração. Tais expedientes foram conhecidos pela Corte, por meio da Decisão nº 1387/11 (fl. 484), como Recursos de Reconsideração. Às fls. 485-492 e 507-546, o Sr. Miguel Ramirez Sosa apresentou Recurso, que fora conhecido como Recurso de Reconsideração pelo TCDF, mediante a Decisão nº 1717/11 (fl. 498)

Do Sr. Cristiano Dalton Mendes Tavares (fls. 408-419)

Segue abaixo, resumo e análise das justificativas apresentadas:

Alegação: A única alegação apresentada pelo justificante, é no sentido de não possuir, à época, a competência funcional para a atuação na impropriedade de que fora apontado como responsável, qual seja a total falta de acompanhamento e fiscalização dos recursos arrecadados no Sistema de Transporte Público Coletivo do DF - STPC/DF. Segundo o recorrente, tal atribuição era afeta ao Coordenador Administrativo-Financeiro, nos termos do art. 12, 13 e 14 do RI/DMTU (fls. 548-561).

Análise: Reputamos não procedente a alegação, pois:

a) O descontrole e a total ausência de fiscalização dos recursos arrecadados junto ao STPC/DF é falha de natureza crônica no DFTRANS, tendo ocorrido durante diversos exercícios na autarquia, como demonstram as PCAs de exercícios anteriores e posteriores;

b) Tal falha, a nosso ver, envolvia quase toda a jurisdicionada, porquanto:

b.1) a Coordenação Técnica não acompanhava, periódica e sistematicamente, o desempenho econômico-financeiro do sistema de transporte público, nem subsidiava a Coordenação Administrativo-Financeira com os dados corretos, nos termos do art. 19, VI e IX; b) a Coordenação Administrativo-Financeira não controlava os recebimentos, tampouco cobrava tais valores, nos termos dos arts. 12 e 13 do RI/DMTU; e c) a Direção Geral da autarquia não se movimentara para a solução deste grave problema.

Nesse sentido, deve a Corte, no mérito, negar provimento ao Recurso de Reconsideração impetrado pelo Sr. Cristiano Dalton Mendes Tavares em face da Decisão nº 6324/10, cientificando-o da negativa e da necessidade de, no prazo de 30 dias, recolher a multa que lhe fora imposta pelo Acórdão nº 237/10, no valor de R\$ 6.649,09 (valor atualizado para 2011 à fl. 562).

Do Sr. Mauro Costa Mendes Cateb (fls. 421-473)

Segue abaixo, resumo e análise das justificativas apresentadas:

Alegação: A principal alegação do responsável, é no sentido de não ser legalmente competente pelos atos comissivos/omissivos que deram causa às impropriedades ora apontadas, pois, pelo art. 7º da Lei nº 3.163/03, abaixo transcrito, ficou transferida a ordenação de despesas dos Secretários de Estado para os titulares das unidades de apoio operacional. Portanto, por não ordenar as despesas do DFTRANS, não deve responder pelos fatos indicados nesta audiência. Para tanto, apresentou diversos documentos apresentando delegações de suas atribuições a subordinados seus nos exercícios 2004 e 2005.

“Art. 7º A ordenação de despesas no âmbito de cada Secretaria de Estado do Distrito Federal, ou equivalente, é da competência do titular da respectiva unidade de apoio operacional, ou equivalente, cabendo ao Secretário pronunciar-se sobre as suas contas, anualmente.”

Análise: Não procede a alegação acima, pelos seguintes motivos:

- a) Nem todas as impropriedades referidas no julgamento irregular têm caráter exclusivo de ordenação de despesas, entretanto, fica clara, pelo conjunto das diversas constatações do controle interno, a ausência total de gestão dos recursos e bens afetos ao DFTRANS em 2004, pela qual respondia, nos termos do art. 5º do Decreto nº 23.902/03, a Secretaria de Estado de Transportes - ST, do qual o recorrente era o Secretário.
- b) Mesmo naqueles itens onde a atuação do ordenador de despesas é mais direta, por se tratarem de falhas recorrentes e estruturais, entendemos que o recorrente, na qualidade de gestor máximo, teria o dever de vigilância, no sentido de conhecer e corrigir as gritantes falhas de seus subordinados hierárquicos.
- c) Além disso, causa estranheza o teor do art. 7º da Lei nº 3.163/03, porquanto retirou do Secretário de Estado, agente responsável pela implementação das políticas públicas de sua pasta, a decisão quanto à aplicação dos recursos destinados à sua Secretaria, transformando os Secretários em agentes que reinam, mas não governam. Por entendermos que, na prática, a decisão quanto às despesas, ao menos em casos relevantes, permanecia com o Secretário, entendemos que falhas graves e/ou constantes na ordenação de despesas são também a eles imputadas.

Alegação: O justificante era Secretário de Estado de Transportes e não respondia pelo DFTRANS, que era uma autarquia, com personalidade jurídica própria. Ademais, o art. 5º do Decreto nº 23.902/03, abaixo transcrito, transferira à Secretaria de Estado de Transportes e não ao Secretário de Estado de Transportes a gestão do DFTRANS e, conseqüentemente, do FTPC/DF.

“Art. 5º. Ficam delegadas à Secretaria de Estado de Transportes do Distrito Federal, até a estruturação do DFTRANS - Transporte Urbano do Distrito Federal, a administração do acervo, as atribuições e competências até então cometidas à autarquia, exceto no que pertine à representação judicial que será exercida pelos Procuradores Autárquicos e Fundacionais em exercício no DFTRANS.”

Análise: Não procede a alegação, pois a Secretaria de Estado de Transportes é pessoa jurídica, somente tendo atuação mediante pessoas físicas que a representam, das quais a principal era o justificante, na qualidade de Secretário de Estado. Quanto à competência, a legislação acima transcrita é expressa quanto à competência da Secretaria, na pessoa do Secretário.

Alegação: O justificante alegou não ser competente para os atos em face de ter delegado, pela Portaria nº 111/05, suas atribuições ao Subsecretário de Operações de Transportes, no tocante à área fim do DFTRANS, e ao Subsecretário de Apoio Operacional, quanto à área meio da referida autarquia.

Análise: Não procede a alegação, pois a presente PCA trata da gestão do DFTRANS atinente ao exercício 2004, não sendo cabível uma delegação de atribuições ocorrida em 2005 retroagir para eximir o recorrente das falhas constatadas em 2004.

Alegação: Pela falta de competência, não se comprovam atos omissivos ou comissivos do justificante nas falhas ora apontadas. Aliás, não se comprovam atos do Secretário, pois atuação dele nas matérias seria ilegítima, porquanto sem amparo legal, condição de atuação do gestor público.

Análise: A alegação não deve prosperar, pois o Secretário é o responsável pela direção superior de sua pasta, sendo a autoridade máxima em sua Secretaria. Na condição de superior hierárquico, tem o dever de vigilância e de atuação na correção de falhas em toda a gestão de sua Secretaria,

jamais sendo ilegítima tal atuação. Nesse sentido, falhas graves e/ou recorrentes devem, a nosso ver, repercutir nas contas dos superiores, desde que estes não demonstrem ter atuado na correção das falhas.

No presente caso percebemos ausência total de vigilância pelo Secretário, o que implica *culpa in vigilando*, por ter sido totalmente omissos no acompanhamento da gestão sob análise, que lhe fora atribuída pelo Decreto nº 23.902/03.

Alegação: O responsável alegou que o DFTRANS vivia um caos administrativo (comissionados exonerados, falta de orçamento e recursos financeiros etc) causado pela transferência ao SETRANSP da gestão dos vales-transporte (tarifa de 3,864%), mediante a Lei nº 2.661/01.

Análise: Primeiramente, não veio aos autos comprovantes da alegada situação de penúria administrativa, principalmente financeira. Ademais, vale lembrar que, em que pese a alegada falta de recursos, o controle interno constatou, dentre outras falhas, a ausência de fiscalização sobre os recursos a serem arrecadados do STPC, os quais seriam revertidos à autarquia. Portanto, não deve prosperar a alegação.

Alegação: Por fim, alegou que a comissão instaurada para a reestruturação administrativa do extinto DMTU somente apresentou seu relatório final em 2007, o que prejudicou a gestão.

Análise: A alegação não socorre o recorrente, pois o Decreto nº 23.902/03, além de criar as comissões para a reestruturação da autarquia, por seu art. 5º, expressamente delegou a gestão da jurisdicionada à Secretaria de Transportes durante o período de transição.

Nesse sentido, deve a Corte, no mérito, negar provimento ao Recurso de Reconsideração impetrado pelo Sr. Mauro Costa Mendes Cateb em face da Decisão nº 6324/10, cientificando-o da negativa e da necessidade de, no prazo remanescente de 30 dias, recolher a multa que lhe fora imposta pelo Acórdão nº 237/10, no valor de R\$ 6.649,09 (valor atualizado para 2011 à fl. 562).

Do Sr. Miguel Ramirez Sosa (fls. 485-492 e 507-546)

Segue abaixo, resumo e análise das justificativas apresentadas:

Alegação: O recorrente indicou que esteve à frente da Coordenação Administrativo-Financeira do DFTRANS por 6 meses e que, durante este tempo, dependia totalmente da Secretaria de Transportes para sua atuação, nos termos do Decreto nº 23.902/03.

Análise: Entendemos que houve compartilhamento da gestão do DFTRANS pelo pessoal da casa, caso do recorrente, e pelos dirigentes da ST. Nesse sentido, por possuir atribuições legais (RI/DMTU) pertinentes às falhas ora analisadas, entendemos que o recorrente é corresponsável pelas impropriedades sob exame.

Alegação: As impropriedades decorreram de herdadas condições de funcionamento, nos aspectos materiais, financeiros e de recursos humanos, bastante precárias. Tais condições tiveram como causas principais a mudança mal realizada de sede do DMTU, bem como a penúria financeira decorrente da transferência da gestão dos recursos de vales-transporte ao SETRANSP.

Análise: Haja vista que não veio aos autos efetiva comprovação do recorrente no sentido de corrigir ou apontar aos superiores as alegadas precariedades, a alegação não socorre o gestor. Ainda, conforme o Plano de Ação DFTRANS 2005 (fls. 508-538), a autarquia possuía, no início de 2005, 272 funcionários, o que implica que o desmonte não foi total. Ademais, a gestão estava sendo acompanhada e ajudada pela Secretaria de Transportes.

Alegação: O gestor afirmou que foram nomeados servidores experientes para as áreas patrimoniais, bem como que havia servidor nomeado para a correção das falhas contábeis. Ademais, indicou ter adotado providências para sanar as impropriedades indicadas e que não praticou as referidas falhas.

Análise: Em que pese a experiência dos nomeados, subordinados ao recorrente, a constatação do controle interno foi no sentido de total descontrole patrimonial e inexistência de controle de materiais de consumo, o que revela, no mínimo, *culpa in eligendo* do gestor. Quanto a não ter praticado as falhas diretamente, enquanto superior hierárquico, entendemos que o recorrente deveria ter vigiado, sob pena de *culpa in vigilando*, e adotado medidas corretivas às falhas, mais ainda por estas possuírem caráter recorrente durante o exercício. Portanto, a alegação não deve prosperar.

Alegação: Por fim, o recorrente afirmou ter adotado medidas [e-DOC 58F11D08](#) corretivas, apresentando como comprovação o Plano de Ação DFTRANS 2005.

Análise: Não veio aos autos, quaisquer documentos comprobatórios da efetividade das medidas elencadas pelo gestor no referido plano. Ademais, a correção do fato em anos posteriores não suprime, necessariamente, a constatação de falhas graves ou recorrentes em face do princípio da anualidade.

Nesse sentido, deve a Corte, no mérito, negar provimento ao Recurso de Reconsideração impetrado pelo Sr. Miguel Ramirez Sosa em face da Decisão nº 6324/10, cientificando-o da negativa e da necessidade de, no prazo de 30 dias, recolher a multa que lhe fora imposta pelo Acórdão nº 237/10, no valor de R\$ 6.649,09 (valor atualizado para 2011 à fl. 562).

DA ANÁLISE

Em que pese terem sido notificados, os Srs. Adalberto Queiroz de Roure e Nilson Florentino Meireles não se manifestaram. Nesse sentido, no momento processual oportuno, qual seja após o transcorrer do prazo remanescente para o pagamento da multa pelos recorrentes, tais gestores deverão, nos termos do art. 29 da LC nº 1/94, ou ter descontados os valores das multas em suas folhas de pagamento, ou ter autorizadas as cobranças judiciais destes valores.

DAS CONCLUSÕES

Entendemos que o Tribunal deve, no mérito, negar provimento ao Recurso de Reconsideração impetrado pelo Sr. Cristiano Dalton Mendes Tavares em face da Decisão nº 6324/10, cientificando-o da negativa e da necessidade de, no prazo de 30 dias, recolher a multa que lhe fora imposta pelo Acórdão nº 237/10, no valor de R\$ 6.649,09.

Semelhantemente, deve o Tribunal, no mérito, negar provimento ao Recurso de Reconsideração impetrado pelo Sr. Mauro Costa Mendes Cateb em face da Decisão nº 6324/10, cientificando-o da negativa e da necessidade de, no prazo de 30 dias, recolher a multa que lhe fora imposta pelo Acórdão nº 237/10, no valor de R\$ 6.649,09.

Por fim, deve o TCDF, no mérito, negar provimento ao recurso de Reconsideração impetrado pelo Sr. Miguel Ramirez Sosa em face da Decisão nº 6324/10, cientificando-o da negativa e da necessidade de, no prazo de 30 dias, recolher a multa que lhe fora imposta pelo Acórdão nº 237/10, no valor de R\$ 6.649,09.

DAS PROPOSIÇÕES:

Ante o exposto, sugerimos ao egrégio Plenário que:

tome conhecimento dos Recursos de Reconsideração impetrados pelos Srs. Cristiano Dalton Mendes Tavares, Mauro Costa Mendes Cateb e Miguel Ramirez Sosa em face da Decisão nº 6324/10 (Acórdão nº 237/10), negando-lhes provimento quanto ao mérito e cientificando-os da negativa;

cientifique o Sr. Cristiano Dalton Mendes Tavares da necessidade de, no prazo de 30 (trinta) dias, recolher a multa que lhe fora imposta pelo Acórdão nº 237/10, no valor de R\$ 6.649,09;

cientifique o Sr. Mauro Costa Mendes Cateb da necessidade de, no prazo de 30 (trinta) dias, recolher a multa que lhe fora imposta pelo Acórdão nº 237/10, no valor de R\$ 6.649,09;

cientifique o Sr. Miguel Ramirez Sosa da necessidade de, no prazo de 30 (trinta) dias, recolher a multa que lhe fora imposta pelo Acórdão nº 237/10, no valor de R\$ 6.649,09;

autorize o retorno dos autos à 1ª ICE para as providências pertinentes.

À superior consideração.
Brasília, 6 de setembro de 2011.

Paulo Alves Honorato
Auditor de Controle Externo

*DE ACORDO.
À CONSIDERAÇÃO DO SENHOR INSPETOR.
Em,*

Valter Formiga Albuquerque
Diretor da Divisão de Contas/1ª ICE

DIGITALIZADO